

Revista **1ª** EVOLUÇÃO



**Percebi a força do teatro
com as crianças...**

Alexandre Gatti



Filada à:
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores de Jornais



INTERNATIONAL
SERIAL
NUMBER
DOI: 10.24035/ISSN



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

Organização: Manuel Francisco Neto / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateauneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateauneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Lee Anthony Medrado
Vilma Maria da Silva

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 54 (ago. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 182 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral aguardar

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.54

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Colaboradores voluntários em:



São Paulo | 2024

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

7 DESTAQUE

ALEXANDRE GATTI

10 POIESIS

J. Witon

ARTIGOS



SUMÁRIO

1. A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NO ENSINO SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS ANDRÉ ALVES DE ALBUQUERQUE	11
2. A RELIGIÃO NA ESCOLA PÚBLICA: UM DESAFIO PARA A DEMOCRACIA ANTONIO RAIMUNDO PEREIRA MEDRADO	19
3. EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA COMO ALIADAS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA	25
4. AS ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS E BENEFÍCIOS FRANCINEUMA DE LIMA	31
5. INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO	37
6. O DIREITO DE ACESSO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA HERBERT MADEIRA MENDES	43
7. TRABALHANDO AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL JANAINA PEREIRA DE SOUZA	55
8. PSICOMOTRICIDADE VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO	61
9. O IMPACTO DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSENEIDE DOS SANTOS GOMES	67
10. GESTÃO ESCOLAR E A COMPLEXIDADE ADMINISTRATIVA DA ADMINISTRAÇÃO MARIA APARECIDA DA SILVA	73
11. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA ALIMENTAR E NA CONCEPÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO: ANÁLISE HISTÓRICA MARIA DE FÁTIMA DE BRUM CAVALHEIRO	79
12. ARTICULAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA DE FÁTIMA COSTA ROCHA	89
13. PROPOSTA DE ACTIVIDADES DIDÁCTICAS PARA A PROMOÇÃO DAS "ARTES PLÁSTICAS" NOS ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 20 "AUGUSTO NGANGULA" EM NDALATANDO MÁRIO ANTÓNIO TULUMBA	95
14. A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NELSON MARCOS CORREIA PEDRO	109
15. O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO POTÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NO CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO – CEU DE ARICANDUVA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO ROSELI MARCELLI SANTOS DE CARVALHO	115
16. ENSINO HÍBRIDO: MODELOS, DESAFIOS E BENEFÍCIOS ROSINALVA DE SOUZA LEMES	131
17. BRINCADEIRAS TRADICIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM TRAÇO CULTURAL SILVIA HARUE YOGUI	137
18. CONFLITOS ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA SOBRE A SEXUALIDADE SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER	143
19. MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NOS ALUNOS DA 6ª CLASSE NA PROVÍNCIA DO UÍGE TAVARES DOS SANTOS MUHONGO	151
20. AS DIFICULDADES DE CRIANÇAS HIPERATIVAS E AS INTERVENÇÕES DOCENTES VIVIANE DE CÁSSIA ARAUJO	159
21. IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO SAUDÁVEL ENTRE PROFESSORES E ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM WILDER DALA QUINJANGO	165
22. O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E A PSICANÁLISE WIVIAN LINARES DE SOUZA	171

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

Filiada à: _____



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

GRAZIELA DE CARVALHO MONTEIRO¹

RESUMO

A diversidade, a inclusão e a educação especial estão cada vez mais presentes nas discussões e preocupações da sociedade. Desde que o tema ganhou relevância, foram criados diversos órgãos responsáveis para assegurar os direitos, a formação e o tratamento de pessoas com deficiência. Em especial, a área educacional recebeu legislação pertinente ao tema, para promover ações que incluam os estudantes com deficiência em classes regulares de ensino. Além disso, a legislação trata da capacitação e formação continuada dos professores, visando a melhoria das técnicas pedagógicas. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico em sites, artigos e outros materiais, discutindo as perspectivas e desafios enfrentados na educação especial. Os resultados indicam que a legislação é aplicada na medida do possível, mas ainda existem problemas a serem superados para que o processo de inclusão ocorra de forma plena.

Palavras-chave: Estudantes com deficiência. Educação Especial. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O Brasil começou a se interessar pela Educação Especial a partir do século XIX. Em 1854, através do Decreto nº 1.428, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos para atender pessoas com deficiência visual. Após isso, outros institutos foram estabelecidos para tratar diferentes tipos de deficiência, sendo a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) um dos mais conhecidos, contribuindo para um atendimento mais igualitário. Infelizmente, nessa época, a educação era contrária à inclusão em todas as formas. As escolas regulares atendiam apenas um grupo seletivo de estudantes, excluindo pobres, negros, mulheres e pessoas com deficiência.

Com o passar do tempo, discussões sobre o tema começaram a ganhar dimensão internacional, e o Brasil se viu obrigado a

repensar o assunto. A diversidade, a inclusão e a Educação Especial passaram a fazer parte das discussões, trazendo direitos e respeitando as necessidades dessas pessoas.

O objetivo geral deste trabalho é discutir sobre a Educação Especial, destacando as perspectivas e os desafios enfrentados. A pesquisa se justifica pelo fato de que, apesar da legislação pertinente, ainda existem muitos desafios na Educação Especial, especialmente em escolas da periferia. Este trabalho busca discutir as perspectivas e os desafios enfrentados no dia a dia das escolas em relação ao processo de inclusão.

INCLUSÃO NO BRASIL

Em 1854, o Brasil começou a reconhecer as necessidades dos indivíduos com deficiência, entendendo que suas demandas deveriam ser

¹ Pedagoga pela Universidade de Santo Amaro, UNISA. Pós-graduada em MBA pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE, Arteterapia em Educação pela Faculdade Polis das Artes. Professora de Educação Infantil, PEI e Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, PEIF na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

atendidas. Inicialmente, esses indivíduos frequentavam institutos especializados, cada um tratava de uma deficiência específica, em vez de serem inseridos em escolas regulares comuns.

O primeiro desses institutos foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, que oferecia instrução primária para deficientes visuais. Três anos depois, surgiu o Instituto dos Surdos Mudos, que proporcionava educação aos deficientes auditivos. Inicialmente, essa instituição atendia principalmente os filhos da elite, pois era privada, mas a promulgação da Lei nº 939/1956 permitiu que passasse a atender estudantes de baixa renda (Brasil, 1877).

Em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, focado no atendimento a deficientes mentais. Este instituto teve um papel significativo no assistencialismo social e na institucionalização dos serviços para pessoas com deficiência. Foi pioneiro na utilização do termo “excepcional” em substituição aos termos “deficiência mental” e “retardo mental”, que eram comuns na época. A Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), criada em 1954, por sua vez, trouxe uma revolução no tratamento das pessoas com deficiência, atendendo a diferentes tipos de deficiência.

Com a abertura de diversas instituições, a preocupação com a inclusão a nível internacional se intensificou. Em 1994, a Conferência Mundial das Necessidades Educacionais Especiais de Salamanca apresentou discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Pela primeira vez, o documento resultante da conferência orientou a inclusão de estudantes em classes regulares de ensino. Também destacou que qualquer pessoa com dificuldade de aprendizagem poderia ser considerada portadora de necessidades educativas especiais e que as escolas deveriam se adaptar às especificidades dos estudantes, não o contrário.

Além disso, a Convenção da Guatemala, regulamentada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, trouxe novas perspectivas para a Educação Especial, buscou-se eliminar os

desafios que dificultam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência nas escolas (Brasil, 2001). Dessa forma, diversas medidas foram adotadas pelo governo brasileiro para garantir o direito à educação desses estudantes, em especial.

SÃO PAULO E OS DESAFIOS PARA UM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Rede Estadual de Ensino de São Paulo promulgou a Deliberação CEE nº 68, do Conselho Estadual de Educação, que estabelece normas consideradas essenciais para a implementação da Educação Inclusiva na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, orientando a educação de estudantes que apresentam necessidades especiais:

A educação, direito fundamental, público e subjetivo da pessoa, na modalidade especial, é um processo definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente, para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular, com o objetivo de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais (CEE, 2007, s/p.).

No ano seguinte, a Resolução SE nº 11 foi alterada pela Resolução SE nº 31, também de 2008. Nessa resolução, a rede estadual define quem são os estudantes-alvo da Educação Especial e detalha o apoio disponível para atender às demandas específicas. Além disso, aborda questões de infraestrutura e pedagógicas, para garantir o acesso ao currículo e uma educação de qualidade (Bersch, 2008).

Posteriormente foi criada a Portaria Conjunta CENP/COGSP/CEI, de 2009, que trata de questões relacionadas à terminalidade escolar, regulamentando os processos em âmbito estadual:

Art. 1º - Entenda-se por Terminalidade Escolar Específica, a certificação de estudos correspondente à conclusão de ciclo ou de determinada série do ensino fundamental, expedida pela unidade escolar, a alunos com necessidades educacionais especiais, que apresentem

comprovada defasagem de idade/série e grave deficiência mental ou deficiência múltipla, incluída a mental, que não puderam, comprovadamente, atingir os parâmetros curriculares estabelecidos pela Pasta para o ensino fundamental (SÃO PAULO, 2009, s/p.).

Passados alguns anos foi instituída a Resolução SE 68 em 2017, que dispõe sobre o atendimento educacional aos estudantes com deficiência. O Artigo 1º trata da Sala de Recursos Multifuncionais, que visa possibilitar a execução de atividades referentes ao Atendimento Educacional Especializado em turmas distintas, compostas por estudantes de acordo com suas necessidades. Além disso, aborda a modalidade de Itinerante ou Itinerância, onde o atendimento é realizado por um professor especializado que vai até a escola quando é comprovada a inviabilidade da instalação da sala de recursos. O Artigo 16, por sua vez, dispõe sobre a observação e o acompanhamento em horário regular de aula. O parágrafo único discute que na ausência de docentes qualificados conforme os incisos I a III, o atendimento poderá ser realizado por professores de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Quanto à Rede Municipal de Ensino de São Paulo há legislação pertinente sobre a inclusão e a implementação de atividades diversificadas para garantir esse processo, como projetos e formação continuada dos professores. O município, por meio da Portaria nº 8.764/2016, regulamenta o Decreto nº 57.379/2016, que instituiu a Política Paulistana de Educação Especial. O artigo 2º garante o acesso e a permanência do estudante em sala de ensino regular; o artigo 3º trata da matrícula em classes regulares, assegura o AEE no contraturno, com a presença de um professor especialista.

Os artigos 5º e 7º discutem as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação (SME) em relação às intervenções das Diretorias Regionais de Educação (DRE) nas escolas; o artigo 6º aborda o papel do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), que supervisiona, auxilia e orienta as escolas através de diferentes ações.

Além disso, a Prefeitura oferece Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que podem ser utilizadas tanto em caráter complementar quanto suplementar, desde que constatada a real necessidade do estudante. É importante destacar que, até recentemente, os estudantes necessitavam de um laudo médico para serem encaminhados a esses serviços. No entanto, a legislação foi atualizada, para garantir o direito do estudante ao atendimento independentemente de possuir um laudo médico.

A Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo possui leis, artigos, portarias, normas, entre outros dispositivos, que visam assegurar os direitos dos portadores de necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes o atendimento necessário. De acordo com dados estatísticos de fontes confiáveis, muitas das escolas da Rede Municipal de Ensino conseguem oferecer AEE de qualidade.

A formação continuada dos professores, especialmente no contexto da educação inclusiva para estudantes com deficiência, desempenha um papel crucial na promoção de práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas. Ao exigir e apoiar a formação dos professores nesse campo, as leis não apenas reconhecem a importância de formar os professores para enfrentar os desafios específicos das salas de aula inclusivas, mas também garantem que os estudantes com deficiência tenham acesso a um ensino de qualidade que atenda às suas necessidades individuais.

Essas medidas legislativas não se limitam apenas a oferecer conhecimentos técnicos sobre adaptações curriculares e uso de tecnologias assistivas, mas também incentivam uma abordagem pedagógica centrada no estudante, que valoriza a diversidade e a individualidade de cada estudante. Além disso, ao integrar a formação continuada como um requisito essencial para os professores, independentemente da disciplina ou área de atuação, a legislação promove uma cultura escolar mais inclusiva e sensível às necessidades variadas dos estudantes com deficiência.

Atualmente, é possível afirmar que as tecnologias abrangem recursos, equipamentos e dispositivos criados pelo ser humano para ampliar suas capacidades físicas, mentais e intelectuais:

[...] as tecnologias estão presentes em cada uma das pegadas que o ser humano deixou sobre a terra, ao longo de toda a sua história. Desde um simples pedaço de pau que tenha servido de apoio, de bengala, para um homem no tempo das cavernas, por exemplo, até as modernas próteses de fibra de carbono que permitem, hoje, que um atleta com amputação de ambas as pernas possa competir em uma Olimpíada, disputando corridas com outros atletas sem nenhuma deficiência. [...] (Lévy, 1999 apud Galvão Filho, 2009, p.38).

No contexto das Tecnologias Assistivas, a visão predominante na educação inclusiva é que elas promovam a autonomia dos estudantes. Bersch (2013) aborda essas tecnologias no contexto educacional, considerando:

Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilita a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente. (BERSCH, 2013, p.12)

Quanto aos recursos pedagógicos disponibilizados nas escolas a fim de contribuir para a inclusão e a autonomia dos estudantes com deficiência, tem-se a Portaria Normativa nº 13 de 24 de abril de 2007, que dispõe o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), voltado para a integração do estudante através de equipamentos de informática, mobiliários além de materiais pedagógicos, com o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDC) que funcionam como recursos atrativos, instigando e estimulando a aprendizagem.

Nesse sentido:

...os ambientes de aprendizagem baseados nas tecnologias da informação e da comunicação, que compreendem o uso da informática, do computador, da Internet, das ferramentas para a Educação a Distância e de outros recursos e linguagens digitais, proporcionam atividades com propósitos educacionais, interessantes e desafiadoras, favorecendo a construção do conhecimento, no qual o aluno busca, explora, questiona, tem curiosidade, procura e propõe soluções. O computador é um meio de atrair o aluno com necessidades educacionais especiais à escola, pois, à medida que ele tem contato com este equipamento, consegue abstrair e verificar a aplicabilidade do que está sendo estudado, sem medo de errar, construindo o conhecimento pela tentativa de ensaio e erro (Zulian; Freitas, 2000, s/p).

O Ministério da Educação disponibilizou para as escolas brasileiras materiais didáticos e paradidáticos em braile, em áudio e na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), além de notebooks com sintetizador de voz e softwares, entre outros recursos que facilitam o acesso ao currículo.

Para garantir uma educação de qualidade aos estudantes, o processo de inclusão deve atender às suas necessidades e especificidades individuais. É importante reconhecer que, apesar da existência de uma legislação adequada, ainda há diversas barreiras nos espaços físicos das escolas que podem impedir a permanência e autonomia dos estudantes. Portanto, a escola precisa adaptar-se ao estudante, respeitando seu espaço, seu processo de aprendizagem e seu bem-estar.

Ressalta-se a importância de a escola respeitar a individualidade de cada estudante, criar condições que permitam o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para sua integração na sociedade.

As limitações decorrentes da deficiência não devem ser obstáculos para a interação do estudante com o mundo. Uma das formas de reduzir barreiras é por meio das Tecnologias Assistivas. Mesmo quando a escola dispõe de recursos simples, que podem ser criados pelos

próprios professores ou pelo profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tais recursos podem servir como portas para a autonomia dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa, observa-se que a Rede Municipal de Ensino de São Paulo demonstra uma maior preocupação com a inclusão dos estudantes com deficiência, tanto em termos de legislação quanto de práticas educacionais. Um dado relevante não mencionado anteriormente é que desde 2010, a Secretaria Municipal de Educação (SME) implantou o Programa Incluir, que engloba sete projetos destinados a melhorar o atendimento dessas crianças. Este programa não apenas eleva a qualidade do suporte oferecido, mas também amplia a acessibilidade nas escolas da rede, tornando-as mais adaptadas e acolhedoras para cerca de 18 mil estudantes com deficiência matriculados.

A formação de professores para lidar com estudantes com deficiência é de fundamental importância para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. É importante ressaltar que a formação deve ir além do domínio técnico sobre adaptações curriculares e uso de recursos tecnológicos; ela envolve uma mudança de paradigma na prática educativa, com foco na valorização da diversidade e na criação de ambientes escolares acolhedores e acessíveis.

Primeiramente, a formação adequada oferece aos professores o entendimento das necessidades específicas de cada estudante com deficiência. Isso inclui conhecer as diferentes condições e como elas podem afetar o aprendizado e o desenvolvimento do estudante. Com esse conhecimento, os professores podem implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades individuais, para promover a igualdade de oportunidades educacionais.

Significa que a formação contínua dos professores ajuda a desenvolver competências socioemocionais essenciais, como empatia e

respeito pela diversidade. Isso é crucial não apenas para o bem-estar emocional dos estudantes com deficiência, mas também para criar um ambiente escolar inclusivo em que todos se sintam valorizados e respeitados. Além de impactar diretamente os estudantes com deficiência, a formação continuada de professores beneficia toda a comunidade escolar. Ela promove uma cultura de inclusão que transcende as salas de aula, pois influencia positivamente colegas de classe, famílias e toda a equipe escolar.

Em suma, investir na formação contínua e especializada dos professores é um investimento essencial para construir uma educação mais justa e igualitária. Isso não apenas fortalece o sistema educacional como um todo, mas também prepara os estudantes com deficiência para enfrentar desafios futuros, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e diversificada. Portanto, a implementação efetiva dessas políticas não só fortalece a capacidade dos professores de proporcionar um ambiente educacional acolhedor e acessível, mas também contribui significativamente para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que todos os estudantes têm a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo, independentemente de suas limitações.

Dessa forma, independentemente da rede escolar em que o estudante com deficiência esteja matriculado, é essencial que a instituição acompanhe de perto o desenvolvimento desses estudantes, para garantir que recebam o apoio necessário conforme estipulado pela legislação para sua permanência e sucesso escolar.

REFERÊNCIAS

- BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. CEDI – Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre: 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Cria nesta Corte um instituto denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 295-300, 1854.
- BRASIL. Decreto nº 6.760, de 1º de dezembro de 1877. Cria os conselhos que têm de administrar o patrimônio do Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-Mudos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 938-9, 1877.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Portaria normativa nº 13. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO [CEE]. Fixa normas para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, no sistema estadual de ensino. Deliberação CEE n. 68, de 13 de junho de 2007. São Paulo, jun. 2007. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0920-0931_c.pdf. Acesso em: 07 jul. 2024.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

SÃO PAULO. (Estado). Dispõe sobre a Terminalidade Escolar Específica de alunos com necessidades educacionais especiais na área da deficiência mental, das escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas. Portaria Conjunta CENP/COGSP/CEI, de 6 de julho de 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/sPGW32>>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ZULIAN, M.S.; FREITAS, S.N. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. Cadernos de Educação Especial / Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação / Departamento de Educação Especial / Laboratório de Pesquisa e Documentação - LAPEDOC - Vol. 2 (2001) - Nº 18 (2001) - 112 p. - Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2001/02/r5.htm>. Acesso em: 04 jul. 2024.

_____. Portaria nº. 8.764 de 23/12/2016 – Regulamenta o Decreto nº. 57.379/2016 – Institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2024.



Revista **a EVOLUÇÃO** 54 Maio 2018 ISSN 2675-2573

Percebi a força do teatro com as crianças...

Alexandre Gatti

www.primeiraevolucao.com.br

ABEC INI Crossref

doi <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.54>

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

André Alves de Albuquerque
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda
Francisca Francineuma de Lima
Graziela de Carvalho Monteiro
Herbert Madeira Mendes
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Joseneide dos Santos Gomes
Maria Aparecida da Silva
Maria de Fátima Costa Rocha
Maria de Fátima de Brum Cavalheiro
Mário António Tulumba
Nelson Marcos Correia Pedro
Roseli Marcelli Santos De Carvalho
Rosinalva de Souza Lemes
Sílvia Harue Yogui
Simone de Cássia Casemiro Bremecker
Tavares dos Santos Muhongo
Viviane de Cássia Araujo
Wilder Dala Quinjango
Wivian Linares de Souza



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

